



MARCOS VINICIUS PEREIRA DA SILVA

Análise do Cumprimento da Legislação Ambiental Brasileira no
Combate à Exploração legal de Recursos Naturais: Um Estudo
de Caso na Região Amazônica

BRASILIA
2023

MARCOS VINICIUS PEREIRA DA SILVA

Perspectiva jurídica na preservação da Região Amazônica

Projeto apresentado ao Curso de direito da Instituição
Faculdade Anhanguera de Negócios

Orientador: Marina Bravo

BRASILIA
2023

MARCOS VINICIUS PEREIRA DA SILVA

**Análise do Cumprimento da Legislação Ambiental Brasileira no
Combate à Exploração legal de Recursos Naturais: Um Estudo de
Caso na Região Amazônica**

Perspectiva jurídica na preservação da Região Amazônica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
(Faculdade Anhanguera de Negócios), como
requisito parcial para a obtenção do título de
graduado em (Direito)

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

Prof(a). Titulação Nome do Professor(a)

BRASILIA, 30 de setembro de 2023

PEREIRA, MARCOS. **Análise do Cumprimento da Legislação Ambiental Brasileira no Combate à Exploração legal de Recursos Naturais: Um Estudo de Caso na Região Amazônica**:2023,.30, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade Anhanguera de Negócios, Brasília, 2023.

RESUMO

A exploração ilegal de recursos naturais na região Amazônica é um problema recorrente e de grande magnitude. Dentre os recursos explorados ilegalmente estão madeira, minérios e animais silvestres. A legislação ambiental brasileira tem diversas normas e regulamentações para proteger a região e coibir essas atividades ilegais. Contudo, ainda há muito a ser feito para que a legislação seja efetivamente efetivada. Neste contexto, o objetivo deste estudo é analisar o cumprimento da legislação ambiental brasileira no combate à exploração ilegal de recursos naturais na região amazônica. A Amazônia é uma das regiões mais importantes do planeta em termos de biodiversidade, servindo como lar para milhões de espécies de plantas e animais. No entanto, nas últimas décadas, a região tem enfrentado uma intensa pressão humana, resultando em altas taxas de desmatamento. Essa pressão é causada por atividades como a expansão da agricultura e pecuária, a mineração, a exploração madeireira e a construção de infraestrutura, entre outras. O desmatamento na Amazônia tem impactos significativos no clima, na biodiversidade e nas comunidades locais, e é um tema de grande importância para a sociedade. O Brasil é um dos países que mais contribui para o desmatamento global, e a Amazônia é responsável por grande parte das emissões de gases de efeito estufa do país. Nesse sentido, o presente estudo se justifica pela necessidade de avaliar o cumprimento da legislação ambiental brasileira na região amazônica. Além disso, a pesquisa pode contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelos agentes públicos responsáveis pela fiscalização ambiental, permitindo a elaboração de políticas públicas e estratégias de fiscalização mais eficazes para proteger a região amazônica.

Palavras-chave: Amazônia. Legislação Ambiental. Exploração ilegal. Brasil.

PEREIRA, MARCOS. **Analysis of Compliance with Brazilian Environmental Legislation in Combating the Legal Exploitation of Natural Resources: A Case Study in the Amazon Region**:2023,.30, Course Completion Work (Graduate in Law) – Faculdade Anhanguera de Negócios, Brasília, 2023.

ABSTRACT

The illegal exploitation of natural resources in the Amazon region is a recurring problem of great magnitude. Among the resources illegally exploited are wood, minerals and wild animals. Brazilian environmental legislation has several rules and regulations to protect the region and curb these illegal activities. However, there is still much to be done for the legislation to be effectively implemented. In this context, the objective of this study is to analyze compliance with Brazilian environmental legislation in combating the illegal exploitation of natural resources in the Amazon region. The Amazon is one of the most important regions on the planet in terms of biodiversity, serving as home to millions of species of plants and animals. However, in recent decades, the region has faced intense human pressure, resulting in high rates of deforestation. This pressure is caused by activities such as the expansion of agriculture and livestock, mining, logging and the construction of infrastructure, among others. Deforestation in the Amazon has significant impacts on the climate, biodiversity and local communities, and is an issue of great importance for society. Brazil is one of the countries that contributes most to global deforestation, and the Amazon is responsible for a large part of the country's greenhouse gas emissions. In this sense, the present study is justified by the need to evaluate compliance with Brazilian environmental legislation in the Amazon region, as well as the main strategies adopted to curb the illegal exploitation of natural resources. Furthermore, research can contribute to understanding the challenges faced by public agents responsible for environmental inspection, allowing the development of more effective public policies and inspection strategies to protect the Amazon region.

Keywords: Amazon. Environmental legislation. Illegal exploitation. Brazil.

SUMÁRIO

1- METODOLOGIA.....	7
2- INTRODUÇÃO.....	8
3- DESMATAMENTO NO BRASIL.....	10
3.1- DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA.....	13
4- LEI DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO AO DESMATAMENTO.....	14
5- OS 7 PLANEJAMENTOS DO GOVERNO CONTRA O DESMATAMENTO.....	17
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
7- REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	22

1- METODOLOGIA

A pesquisa que será feita no presente trabalho é voltada para a Revisão Bibliográfica, sendo qualitativa e descritiva. Com essa pesquisa será possível que o leitor faça uma análise sobre o presente tema do trabalho, será realizado uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos relacionados à legislação ambiental brasileira, exploração ilegal de recursos naturais e seus impactos na região Amazônica. Essa revisão deve ser fundamentada em fontes confiáveis, como artigos científicos, livros, relatórios e outras publicações relevantes com a intenção de discutir os resultados da análise dos dados à luz da revisão bibliográfica realizada, identificando as lacunas na legislação ambiental e nos instrumentos de gestão ambiental adotados na região Amazônica e propondo recomendações para melhorar a efetividade da legislação ambiental.

2- INTRODUÇÃO

A exploração ilegal de recursos naturais é um grande problema global que ocorre no mundo todo que seria quando pessoas ou empresas extraem recursos da natureza sem o devido licenciamento ou autorização, violando leis ambientais e sociais. Existe algum empenho para combater esses crimes pelas autoridades? É a longo prazo o que pode acontecer se o desmatamento na Amazônia continuar. O cumprimento da legislação ambiental brasileira no combate à exploração ilegal de recursos naturais na região amazônica ainda é insuficiente. No contexto específico da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, a exploração ilegal de recursos naturais, notadamente o desmatamento desenfreado, representa uma ameaça iminente. A longo prazo, se essa degradação ambiental persistir, as consequências podem ser devastadoras, afetando não apenas o Brasil, mas todo o planeta, dada a importância crítica da Amazônia na regulação do clima global e na manutenção da biodiversidade.

O objetivo do trabalho é analisar a efetividade das leis referente ao tema de desmatamento no Brasil, analisar a punição aplicada para esses tipos de crimes em território nacional, é acompanhar a partir da identificação dos avanços e desafios na aplicação da lei e das políticas públicas voltadas para a preservação ambiental. A legislação ambiental brasileira tem estabelecido normas e regulamentações para proteger a região, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

Além disso, é possível explorar a relação entre a exploração ilegal de recursos naturais e os impactos ambientais na região Amazônica, tais como o desmatamento, a perda de biodiversidade e o comprometimento dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a qualidade do ar e da água. Apesar das normas existentes, a exploração ilegal de recursos naturais na região amazônica é uma realidade que persiste há décadas, sendo uma das principais causas do desmatamento e da degradação ambiental na região. A falta de recursos e pessoal capacitado para a fiscalização é um dos principais desafios enfrentados pelos órgãos responsáveis pela aplicação da lei. Além disso, a exploração ilegal de recursos

naturais na região amazônica muitas vezes está relacionada ao crime organizado, o que dificulta ainda mais a fiscalização e a aplicação da lei.

Neste cenário, é essencial que este trabalho se aprofunde na análise da exploração ilegal de recursos naturais na Amazônia, considerando seus impactos ambientais, econômicos e sociais. Ao fazê-lo, esperamos lançar luz sobre a complexidade dessa questão e identificar caminhos para aprimorar a aplicação da lei e as políticas públicas com o objetivo de preservar esse patrimônio natural inestimável.

3-O DESMATAMENTO NO BRASIL

O fenômeno do desmatamento no Brasil tem profundas raízes históricas, remontando ao início da colonização do país em 1500 pelos portugueses e à exploração de recursos naturais, notadamente a extração de árvores como o pau-brasil.

No período da Colônia, a Mata Atlântica, devido à sua proximidade com o litoral, foi o bioma mais impactado pelo desmatamento. Com a chegada de outros grupos europeus, essa busca por recursos florestais expandiu-se para outros biomas, como a Amazônia, que experimentou um aumento significativo na degradação das florestas.

A paisagem do território brasileiro passou por transformações substanciais à medida que novas atividades econômicas, como o cultivo de café e cana-de-açúcar, foram disseminadas. A revolução industrial, ocorrida no século XVIII, também impulsionou o desmatamento, abrindo espaço para empreendimentos como a mineração. Além disso, a ocupação desordenada do território resultou na perda de vegetação natural, principalmente para a expansão urbana e construção de infraestrutura.

Assim, ao longo dos séculos, a exploração desenfreada dos recursos naturais e a expansão de atividades econômicas moldaram a paisagem brasileira, resultando em um histórico de desmatamento que tem impactos duradouros no meio ambiente e na biodiversidade do país. O desafio atual reside em encontrar maneiras sustentáveis de equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, buscando preservar o rico patrimônio natural do Brasil para as gerações futuras.

O desmatamento no Brasil é um problema ambiental crônico e de escala global que impacta significativamente o país em termos de biodiversidade, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. O Brasil é detentor da maior parte da floresta tropical amazônica, que é o maior bioma do país e uma das áreas mais biodiversas do mundo. No entanto, a exploração descontrolada dos recursos naturais, principalmente o desmatamento, representa uma ameaça constante a esse ecossistema vital.

A Amazônia brasileira, abrangendo uma vasta extensão territorial, tem sido historicamente a área mais afetada pelo desmatamento. As principais causas do

desmatamento na região incluem a conversão de floresta em áreas de agricultura, expansão da pecuária, extração madeireira ilegal e infraestrutura, como estradas e hidrelétricas. Essas atividades muitas vezes ocorrem de forma ilegal e sem o devido licenciamento ou autorização, violando as leis ambientais brasileiras.

As taxas de desmatamento na Amazônia brasileira têm variado ao longo dos anos, com períodos de aumento seguidos de declínios temporários, frequentemente em resposta a ações de fiscalização e políticas de conservação. No entanto, o desmatamento ainda é uma preocupação constante, com taxas que podem flutuar significativamente de ano para ano.

Os impactos do desmatamento são profundos e abrangentes. Em termos ambientais, a destruição das florestas leva à perda irreparável de habitats naturais, contribui para a extinção de espécies e reduz a biodiversidade. Além disso, a liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera a partir da queima de árvores intensifica o problema das mudanças climáticas, afetando não apenas o Brasil, mas o mundo inteiro.

Além dos impactos ambientais, o desmatamento também afeta comunidades indígenas e populações locais que dependem dos recursos naturais da floresta para sua subsistência. A degradação ambiental pode resultar em conflitos, deslocamento forçado e impactos nas tradições culturais e modos de vida dessas comunidades.

O Brasil possui uma legislação ambiental robusta para proteger as florestas e regulamentar o desmatamento, incluindo o Código Florestal e a Lei de Crimes Ambientais. No entanto, a aplicação eficaz dessas leis tem sido desafiadora devido à falta de recursos, corrupção e pressões políticas. A falta de fiscalização adequada em áreas remotas torna ainda mais difícil conter o desmatamento ilegal.

Os principais desafios para conter o desmatamento incluem a expansão agrícola descontrolada, a mineração ilegal, a invasão de terras públicas e a demanda global por produtos agrícolas brasileiros, como carne e soja. A pressão internacional e os acordos internacionais, como o Acordo de Paris, têm instado o Brasil a reduzir suas taxas de desmatamento e aumentar os esforços de conservação.

O combate ao desmatamento no Brasil é uma tarefa complexa que envolve questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. A preservação das florestas brasileiras é fundamental para a mitigação das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade e a proteção dos direitos das comunidades locais. É uma questão

de importância não apenas nacional, mas global, uma vez que as florestas tropicais desempenham um papel crítico na regulação do clima e na manutenção do equilíbrio ecológico do planeta. Portanto, é essencial um compromisso contínuo e esforços conjuntos para enfrentar esse desafio e promover a sustentabilidade no Brasil e além de suas fronteiras.

“Atualmente, o último estudo divulgado pela Global Forest Watch mostra que o Brasil lidera o ranking mundial de desmatamento florestal. De acordo com a organização, o país perdeu cerca de 1,5 milhão de hectares de bioma nativo em 2021. Esse número é três vezes maior do que os índices da República do Congo, segunda colocada no ranking mundial com 500 mil hectares de desmatamento no mesmo ano. (CNN BRASIL)”

3.1 - DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Até setembro de 2021, as taxas de desmatamento na Amazônia Brasileira haviam mostrado um aumento preocupante em relação aos anos anteriores. Houve relatos de aumento na destruição das florestas devido à expansão agropecuária, atividades madeireiras ilegais, mineração e outros fatores. O desmatamento na Amazônia muitas vezes está ligado à busca por lucros rápidos, incluindo a criação de gado, plantações de soja e mineração. A demanda internacional por produtos agrícolas e minerais brasileiros pode influenciar diretamente a taxa de desmatamento. O desmatamento na tem impactos ambientais significativos, incluindo a perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa devido à queima de florestas e degradação dos serviços ecossistêmicos, como regulação climática e qualidade da água. O Brasil é signatário de acordos internacionais relacionados à redução do desmatamento e à conservação da Amazônia, incluindo o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas. Pressões e compromissos internacionais também podem influenciar a abordagem do país em relação ao desmatamento.

Vale ressaltar que em 2021, houve um corte de 24% no orçamento do meio ambiente que seria um valor de \$240 Milhões o orçamento geral dedicado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). No Ibama, os vetos somam R\$ 19,4 milhões. As ações de controle e fiscalização ambiental foram as que mais perderam recursos, com corte de R\$ 11,6 milhões.

Porém No ano de 2015 foi implementado o uso de uma tecnologia para o combate ao desmatamento, que desempenha um papel fundamental para a proteção da floresta Amazônia. O DETER é um sistema que utiliza imagens de satélite para identificar áreas onde ocorreram alterações na cobertura florestal. Ele não é capaz de fornecer uma estimativa precisa da área desmatada, mas é uma ferramenta útil para identificar áreas de alerta que requerem investigação e ação imediata por parte das autoridades ambientais. Quando o sistema detecta uma área que pode estar sofrendo desmatamento ilegal, ele emite alertas para que as agências de fiscalização possam tomar medidas apropriadas.

O termo "deter" provavelmente se refere ao Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), que é uma ferramenta de monitoramento utilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do Brasil para rastrear

o desmatamento e a degradação florestal na Amazônia. É importante ressaltar que o DETER é uma ferramenta de monitoramento e não tem o poder de prevenir ou impedir o desmatamento por si só. Sua eficácia depende da capacidade das agências governamentais e das autoridades de aplicar a lei e tomar medidas adequadas em resposta aos alertas gerados pelo sistema.

4- LEI DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO AO DESMATAMENTO

O delito de supressão de vegetação conforme estipulado na Lei 9.605/98 não se refere simplesmente ao ato de desmatar; o cerne da regulamentação é a proibição de destruir florestas. Portanto, a mensagem central do dispositivo legal é clara: a preservação do ecossistema deve ser observada e qualquer desrespeito a essa obrigação deve resultar em consequências legais.

Conforme demonstrado, a legislação brasileira aborda a proteção do meio ambiente no artigo 225 da Constituição Federal e, especificamente, o crime em questão está detalhado nos artigos 38, 38-A e 39 da Lei n.º 9.605 de 13 de fevereiro de 1998, que estipula o seguinte:

Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.

Art. 38-a. Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.

Art. 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

No artigo 38 da mesma legislação, o enfoque recai sobre a salvaguarda do bem jurídico ambiental, particularmente voltado para a preservação do patrimônio florestal, englobando as florestas de preservação permanente, mesmo que estas estejam em processo de formação. De maneira análoga, assim como se protege a fauna, o foco se estende para a preservação da biodiversidade e da natureza, como na fauna.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 23, inciso VII, estabelece a competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na preservação das florestas, da fauna e da flora. Portanto, é considerado um delito o ato de destruir ou causar danos às florestas de preservação permanente, ou agir em desacordo com as normas de proteção estabelecidas. Vale ressaltar que o tipo penal delineado no artigo 38 da referida lei admite tanto a modalidade culposa como a tentativa. A consumação do crime descrito no artigo 38 ocorre quando efetivamente ocorre a destruição ou o dano à floresta de preservação permanente, em violação às normas de proteção estabelecidas. Assim, é evidente que as medidas punitivas definidas pela legislação brasileira de crimes ambientais se mostram ineficazes, o que contribui para fomentar a prática do desmatamento na Amazônia. Isso se deve ao fato de que, além de prever penas que variam de um a três anos de prisão, multas ou uma combinação de ambas, a lei também oferece a possibilidade de substituir a pena, suspender o processo e outros benefícios legais. Essa flexibilidade na aplicação das penalidades resulta em uma baixa capacidade de punição e, de certa forma, torna as sanções pouco impactantes, o que, por sua vez, encoraja o infrator a continuar com suas atividades criminosas.

Além disso, é imperativo que sejam aprimoradas as sanções pecuniárias relacionadas aos crimes ambientais, dada a ineficácia e ineficiência das atuais, tornando necessária uma revisão da forma como essas multas são aplicadas e cobradas. Este aprimoramento deve visar uma execução eficaz das sanções, o que, por sua vez, tenderá a desencorajar ou até mesmo impedir a prática do desmatamento na Floresta Amazônica, contribuindo para a redução dos problemas ambientais em geral.

O direito, como reflexo da cultura de uma sociedade, tem a função de julgar fatos à luz de valores fundamentais. Portanto, a cultura que atualmente tolera o desmatamento deve ser combatida com determinação, requerendo a cooperação de

todos os setores da sociedade, incluindo o governo federal, estados, municípios, a população em geral, organizações de classe, o Poder Judiciário, o Ministério Público, as forças policiais e o Ibama. A colaboração conjunta é essencial para minimizar o problema do desmatamento na Amazônia e promover a conservação ambiental.

5- OS 7 PLANEJAMENTOS DO GOVERNO CONTRA O DESMATAMENTO

O governo federal lançou na segunda-feira (5) a mais nova fase do plano interministerial para frear o desmatamento na Amazônia Legal. Com a retomada do [Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal \(PPCDAm\)](#), o governo pretende tornar realidade o compromisso do desmatamento zero no bioma até 2030.

- 1. Aumentar ações de fiscalização:** O governo está empenhado em aumentar as ações de fiscalização na Amazônia. A meta é fiscalizar 30% da área desmatada ilegalmente identificada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) até o final deste ano. Atualmente, o índice de fiscalização gira em torno de 6,1%, levando em conta as áreas alvo de fiscalização pelo Ibama entre 2019 e 2020. Se considerarmos o último relatório do Prodes, essa taxa corresponderia a uma área de aproximadamente 3.450 km², um pouco menor que Cuiabá (MT). O aumento na fiscalização visa combater o desmatamento ilegal na região.
- 2. Embargar metade das áreas desmatadas em Ucs:** O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem como meta, até o final deste ano, embargar 50% da área desmatada ilegalmente identificada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) em Unidades de Conservação federais. O embargo ambiental é uma medida administrativa que visa interromper atividades que causam danos ao meio ambiente, permitindo a regeneração da área afetada e a recuperação do ecossistema destruído. Essa ação contribui para a proteção e conservação das Unidades de Conservação.
- 3. Aumentar o número de autos de infração:** O ICMBio pretende, ainda este ano, aumentar em 10% o número de Autos de Infração Ambiental julgados em primeira instância em relação ao ano passado (2022). O Auto de Infração Ambiental é o primeiro passo no processo de apuração e sanção de infrações ambientais, emitido por agentes fiscais, como o Ibama e o ICMBio. A primeira instância é o primeiro nível de julgamento da validade desse auto. Essa meta do governo visa enfrentar a redução de agentes fiscais e a consequente

diminuição da capacidade de responsabilizar infratores, buscando reduzir a impunidade ao resolver processos pendentes de julgamento, principalmente no ICMBio, relacionados a infrações ocorridas em Unidades de Conservação. No entanto, especialistas apontam que essa meta não é particularmente ambiciosa, dada a maioria das infrações ocorrerem fora dessas localidades.

4. Suspender ou cancelar 100% dos registros irregulares de CAR: Até 2027, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD) do Ministério do Meio Ambiente planejam suspender e/ou cancelar os registros de Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades rurais que se sobrepõem a Terras Indígenas e vedar novas inscrições. O CAR é um registro obrigatório para imóveis rurais, usado para mapear a grilagem de terras e controlar áreas desmatadas. Nos últimos anos, houve um aumento do desmatamento após a inscrição de imóveis no CAR, com 54% do desmatamento na Amazônia ocorrendo dentro de imóveis rurais inscritos no CAR. Portanto, essa meta visa combater a grilagem de terras e o desmatamento ilegal ao impedir o uso indevido do cadastro.

5. Incorporação de 100% das terras devolutas à União: Até 2027, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial e Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) pretendem incorporar 100% das terras devolutas ao patrimônio da União. Terras devolutas são áreas públicas que nunca fizeram parte do patrimônio privado, embora estejam sob a posse irregular de particulares. Essa meta visa identificar, demarcar e incorporar essas terras, que representam 15% da Amazônia e são um foco significativo de desmatamento na região. Por exemplo, o estado do Amazonas possui 58,2 milhões de hectares de terras públicas sem destinação, o que é mais de cinquenta vezes o tamanho da cidade de Manaus. Em 2022, o Amazonas liderou o ranking dos estados da Amazônia Legal com a maior área de desmatamento em terras públicas não destinadas. Portanto, essa meta

visa combater o desmatamento em terras públicas não destinadas na Amazônia.

6. Destinar cerca de 29,5 milhões de hectares de florestas públicas: Até 2027, diversos órgãos, incluindo o Ministério dos Povos Indígenas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério do Meio Ambiente, têm como meta destinar 29,5 milhões de hectares de florestas públicas federais ainda não destinadas na região da Amazônia. Atualmente, há cerca de 57 milhões de hectares de terras públicas federais sem uma destinação específica, o que equivale a mais de dois estados de São Paulo em extensão. Essa meta busca combater a grilagem de terras, regularizando essas áreas e, assim, enfrentar o desmatamento nessas regiões, garantindo sua destinação para uso específico, como terras indígenas, unidades de conservação ou outras áreas protegidas.

7. Criar 3 milhões de hectares de unidades de conservação: Até 2027, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria Nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente têm como meta criar 3 milhões de hectares de unidades de conservação na região da Amazônia Legal. Atualmente, a região conta com 145 unidades de conservação, abrangendo cerca de 67 milhões de hectares de territórios que incluem florestas nacionais, reservas extrativistas e áreas de proteção ambiental. Essa meta visa ampliar a extensão dessas unidades, priorizando a criação delas em áreas críticas de desmatamento na região.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração ilegal de recursos naturais é uma preocupação global, e essa prática persistente ocorre em todo o mundo, desafiando a aplicação de leis ambientais e sociais. O combate a esses crimes é uma tarefa que requer empenho e esforços das autoridades, tanto no Brasil quanto em nível internacional.

No contexto específico da Amazônia, a exploração ilegal de recursos naturais, notadamente o desmatamento descontrolado, é uma ameaça iminente. Se essa degradação ambiental persistir a longo prazo, as consequências podem ser devastadoras, afetando não apenas o Brasil, mas também o planeta em sua totalidade, dado o papel crítico da Amazônia na regulação climática global e na preservação da biodiversidade.

O objetivo deste trabalho foi analisar a eficácia das leis relacionadas ao desmatamento no Brasil, examinar as penalidades aplicadas para esses tipos de crimes, identificar avanços e desafios na aplicação da lei e nas políticas de preservação ambiental. A legislação ambiental brasileira estabeleceu normas para proteger a região, incluindo a Lei de Crimes Ambientais, o Código Florestal e a Política Nacional do Meio Ambiente.

No entanto, a exploração ilegal de recursos naturais na Amazônia persiste devido a desafios como falta de recursos e pessoal qualificado para fiscalização. Além disso, muitas vezes está relacionada ao crime organizado, tornando a fiscalização e aplicação da lei ainda mais complexas.

Nesse cenário, é crucial que continuemos a analisar a exploração ilegal de recursos naturais na Amazônia, considerando seus impactos ambientais, econômicos e sociais. Essa análise aprofundada pode nos ajudar a encontrar soluções para aprimorar a aplicação da lei e as políticas públicas, a fim de preservar esse valioso patrimônio natural.

No que diz respeito ao desmatamento no Brasil, o fenômeno tem raízes históricas profundas que remontam à colonização do país e à exploração de recursos naturais. As transformações na paisagem brasileira ao longo dos séculos moldaram o cenário atual, onde o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental é essencial. A preservação das florestas é crucial para mitigar as mudanças

climáticas, proteger a biodiversidade e garantir a sustentabilidade no Brasil e além de suas fronteiras.

A situação atual do desmatamento na Amazônia é preocupante, com taxas crescentes que estão diretamente relacionadas à expansão agropecuária, atividades madeireiras ilegais e mineração. Pressões econômicas, demanda por produtos agrícolas e a falta de recursos para fiscalização desempenham um papel significativo nesse cenário.

É importante destacar que o corte no orçamento ambiental em 2021 representou um grande desafio para os esforços de conservação. No entanto, a tecnologia, como o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), desempenha um papel fundamental no combate ao desmatamento, identificando áreas de alerta que requerem ação imediata.

No que se refere à legislação de proteção e prevenção ao desmatamento, a Lei 9.605/98 é clara em sua intenção de proibir a destruição de florestas e proteger o ambiente. No entanto, a aplicação eficaz das penalidades previstas tem sido desafiadora.

Em resumo, o combate ao desmatamento na Amazônia é um desafio complexo que requer esforços coordenados em várias frentes, incluindo fiscalização eficaz, políticas de conservação, cooperação internacional e a promoção de práticas sustentáveis. A preservação da Amazônia é essencial não apenas para o Brasil, mas para o mundo, dada a sua importância crítica na manutenção do equilíbrio ambiental global. Portanto, é fundamental manter o compromisso contínuo para enfrentar esse desafio e garantir um futuro sustentável para a região e para o planeta como um todo.

7- REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

POR DA REDAÇÃO, U. S. P. Governo corta verba para o Meio Ambiente após promessa de aumento de orçamento durante Cúpula do Clima. Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2021/04/24/governo-corta-verba-para-o-meio-ambiente-apos-promessa-de-aumento-de-orcamento-durante-cupula-do-clima.ghtml>>. Acesso em: 1 out. 2023.

PEIXOTO, R. Com dados preliminares, alertas de desmatamento na Amazônia caem 39% no primeiro semestre. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/06/30/alertas-desmate-amazonia-primeiro-semester-2023-dados-preliminares.ghtml>>. Acesso em: 1 out. 2023.

INPE. DETER. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter/deter>>. Acesso em: 29 set. 2023.

GAMBARINI, A. Mesmo com sinais de queda em 2023, desmatamento segue alto na Amazônia; situação é crítica no Cerrado. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?85600/Mesmo-com-sinais-de-queda-em-2023-desmatamento-segue-alto-na-Amazonia-situacao-e-critica-no-Cerrado>>. Acesso em: 28 set. 2023.

LAÍS MODELLI, G. Desmatamento na Amazônia na temporada 2020/2021 é o maior dos últimos dez anos, diz Imazon. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/08/19/taxa-anual-de-desmatamento-na-amazonia-e-a-maior-do-ultimos-dez-anos-diz-imazon.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Operação Amazônia Verde revela desmatamento de 1000 hectares no Amazonas. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/operacao-amazonia-verde-revela-desmatamento-de-1000-hectares-no-amazonas>>. Acesso em: 2 ago. 2023.

GUIARRARA, P. Desmatamento na Amazônia. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/desmatamento-da-amazonia.htm>>. Acesso em: 1 set. 2023.

G1, A. Desmatamento no Brasil: como começou, causas e cenário atual. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-no-brasil/>>. Acesso em: 2 set. 2023a.

Da Cruz, G. A. (2019, maio 14). *Análise da Lei n.º 9.605/1998 e artigos da Constituição Federal de 1988, sobre os crimes ambientais e o desmatamento*. Jus.com.br; Jus Navigandi. <https://jus.com.br/artigos/73972/analise-da-lei-n-9-605-1998-e-artigos-da-constituicao-federal-de-1988-sobre-os-crimes-ambientais-e-o-desmatamento>.

Plano contra o desmatamento: veja em 7 pontos a nova estratégia do governo para zerar a destruição da Amazônia. (2023, junho 7). G1. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/06/07/plano-contr-o-desmatamento-veja-em-7-pontos-o-novo-plano-do-governo-para-zerar-a-destruicao-da-amazonia.ghtml>.

“O desmatamento que vi na Amazônia é chocante”, diz a britânica Jane Goodall. (2023, novembro 3). ISTOÉ. <https://istoe.com.br/o-desmatamento-que-vi-na-amazonia-e-chocante-diz-a-britanica-jane-goodall/>.

Magalhães, L. (2014, março 4). *Desmatamento*. Toda Matéria <https://www.todamateria.com.br/desmatamento/>.

Desmatamento nos biomas brasileiros cresce 22% em 2022, aponta levantamento do MapBiomas. (2023, junho 12). G1. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/06/12/desmatamento-nos-biomas-brasileiros-cresce-22percent-em-2022-aponta-levantamento-do-mapbiomas.ghtml>.